

# É HORA DE PARTIR: O CONTEXTO EM QUE SE DEU O DESLOCAMENTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA CANDONGA<sup>1</sup>

Fabiane A. S. Bortone<sup>2</sup> e Márcia Pinheiro Ludwig<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste artigo procuramos apresentar como se desenvolveu o processo de construção da Hidrelétrica (UHE) Candonga, desde o seu planejamento até sua implantação, dando prioridade ao processo de deslocamento/reassentamento das famílias atingidas, antigas moradoras do distrito de São Sebastião do Soberbo. O estudo se fez a partir de análise de documentos de órgãos ambientais, MAB e relatos das famílias entrevistadas, onde trabalhamos com a proposição de que, como em todo processo de implantação de projetos de barragens, o deslocamento é sempre permeado por conflitos, representados pelos interesses antagônicos entre os empreendedores do projeto e os atingidos.

**Palavras-chave:** Modernidade. Hidrelétricas. Deslocamento/reassentamento.

## IT'S TIME TO GO: THE CONTEXT IN WHICH THE DISPLACEMENT OF FAMILIES AFFECTED BY THE CONSTRUCTION OF CANDONGA HYDROELECTRIC DAM TOOK PLACE

**Abstract:** In this paper we try to show how the building process of Candonga hydroelectric dam (HEP) took place, from its planning to its implantation, giving priority to the process of displacement/resettlement of the families affected, long time residents of São Sebastião do Soberbo district. The study was based on the analysis of documents from environmental agencies, MAB and narratives with the interviewed families, in which we worked with the proposition that, as in any process

---

1 Artigo baseado na tese de mestrado apresentada à Universidade Federal de Viçosa (MG), pelo primeiro autor, como exigência para obtenção do grau de "Magister Scientie" em Economia Doméstica.

2 Bacharela em Economia Doméstica, Mestre em Economia Doméstica pelo Departamento de Economia Doméstica/ UFV, Universidade Federal de Viçosa. E-mail: biabortone@hotmail.com

3 Bacharela e Licenciada em Economia Doméstica, D. S. em Estruturas Ambientais Urbanas/ FAUSP/ USP. Professora adjunta do Departamento de Economia Doméstica/ Universidade Federal de Viçosa. E-mail: marciap@ufv.br

of implantation of dam projects, the dislocation is always permeated by conflicts, represented by antagonistic interests between the entrepreneurs of the project and the ones that are affected by it.

**Keywords:** Modernity, dams and displacement/resettlement.

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto da pesquisa que deu origem a este trabalho foi delimitado a partir das mudanças ocorridas na vida das famílias atingidas pela construção da Hidrelétrica Dona Risoleta Neves<sup>4</sup> ou UHE Candonga, localizada na bacia do Alto do Rio Doce, Zona da Mata de Minas Gerais. Esse empreendimento foi construído no município de Santa Cruz do Escalvado microrregião de Ponte Nova/MG pelo consórcio<sup>5</sup> formado pelas empresas Vale do Rio Doce<sup>6</sup> e Alumínios Canadenses (Alcan)<sup>7</sup>, e afetou diretamente famílias das duas margens do rio Doce, além de inúmeras outras famílias que tiveram comprometida sua capacidade de trabalho.

Por meio das informações coletadas evidenciamos que todo o processo de implantação do empreendimento aconteceu sob muita tensão, de um lado os grande investidores interessados no uso e apropriação da terra para a instalação

---

4 Nome dado em homenagem à avó do atual governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves.

5 O consórcio para construção deste empreendimento hidrelétrico foi inicialmente formado pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce e Energia Elétrica Promoção e Participações – EPP Ltda. Em 2001, a EPP vende metade de sua participação para a empresa Alcan, Alumínios Canadenses, hoje denominada Novelis, formando oficialmente o Consórcio Candonga.

6 A Companhia Vale do Rio Doce é a principal empresa de mineração do Brasil e consome cerca de 5% do total de energia produzida no País, fato que justifica o seu interesse em investimentos hidrelétricos. Possui várias instalações industriais nos estados da região Sudeste, dentre as quais as unidades de Minas Gerais e Espírito Santo, subsidiadas pela cota de energia gerada pela UHE Candonga ([www.cvrld.com.br](http://www.cvrld.com.br), acesso em 20/04/2008).

7 A empresa Alumínios Canadenses – Alcan se instalou no Brasil no ano de 1940. No ano de 2005, a partir de um desmembramento de praticamente todos os negócios de laminados da Alcan, a empresa passa a se chamar Novelis. Em termos de produção, esta pode ser considerada uma das maiores do mundo, motivo pelo qual realiza investimentos em energia para autoprodução. No Brasil, possui duas importantes indústrias: uma localizada na cidade de Ouro Preto-MG e a outra em Aratu/BA. A indústria localizada em Ouro Preto tem sua manutenção energética feita por quatro usinas hidrelétricas construídas na bacia do Vale do Rio Doce, Candonga, Fumaça, Prazeres e Furquim. Em fevereiro de 2007, a empresa Hindalco Industries Limited compra as ações desta empresa que passa a fazer parte do Grupo Aditya Birla, com sede em Mumbai, na Índia ([www.novelis.com.br](http://www.novelis.com.br), acesso em: 20/04/2008).

da usina na qual obteriam energia para operar suas fábricas<sup>8</sup> e, de outro os atingidos, em sua maioria pequenos proprietários rurais, meeiros e garimpeiros que viviam, quase que, inteiramente do uso da terra. Essa dicotomia de interesses ficará evidente ao final deste estudo quando apresentarmos aqui as mudanças ocorridas nas vidas das famílias diretamente atingidas pelo empreendimento. As consequências deste deslocamento compreendem o objetivo deste artigo, todavia as consequências da “necessidade da implantação deste empreendimento” coloca em evidência as contradições da modernidade, tal como trabalhada por Berman (1986), a partir da teorização de Marx, sobre o dinamismo capitalista. Como o capitalismo é o próprio substrato da modernidade, a construção da UHE Candonga, sob os olhares de Ludwig (2003), tratava-se da busca pela eficiência tecnológica e pela maximização do lucro que regem a economia globalizada e aceleram os processos de uniformização da paisagem, de uso e de apropriação do território para fins particulares.

É o macroprocesso da modernização que se impõe sobre a valorização da natureza e da vida, subjugando os potenciais ecológicos, destruindo formas de organização social, desterritorializando identidades, enterrando saberes práticos e desarraigando a cultura de seus referentes locais (LUDWIG, 2008, p. 237).

O caso Candonga se assemelha a tantos outros em que o embate entre o lugar vivido e dotado de sentidos e significados se contrapõe à “necessidade” de seu uso e apropriação em prol do desenvolvimento da economia capitalista. O conflito que se agrava pelo uso do espaço é entendido por Milton Santos como “um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador que chega a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los” (SANTOS, 1994, p. 18). É esse embate que impõe o deslocamento de milhares de famílias que, obrigadas a sair de seus territórios, muitas vezes são iludidas com promessas de ganhos e melhores condições de vida.

Para analisar esse caso específico, algumas questões foram norteadoras: Como a barragem teria se apresentado para as famílias atingidas durante o processo de negociação e construção do empreendimento? Será que aconteceram

---

8 A Vale do Rio Doce é a principal empresa de mineração do Brasil e consome cerca de 5% do total de energia produzida no país, fato que justifica o seu interesse em investimentos hidrelétricos. Possui várias instalações industriais nos estados da região Sudeste, dentre as quais as unidades de Minas Gerais e Espírito Santo, subsidiadas pela cota de energia gerada pela UHE Candonga. A empresa Alumínios Canadenses – Alcan é hoje denominada Novelis. Em termos de produção pode ser considerada a maior do mundo, motivo pelo qual realiza investimentos em energia para autoprodução. No Brasil, possui duas importantes indústrias: uma localizada na cidade de Ouro Preto/MG e a outra em Aratu/BA. A indústria localizada em Ouro Preto tem sua manutenção energética feita por quatro usinas hidrelétricas construídas na bacia do Vale do Rio Doce, Candonga, Fumaça, Prazeres e Furquim.

mudanças significativas na vida dessas famílias? Se aconteceram, quais foram? E quais as suas perspectivas de futuro?

No contexto das questões eleitas, este estudo procurou descrever e analisar o processo de implantação da Hidrelétrica Candonga, procurando destacar a trajetória do deslocamento e reassentamento das famílias atingidas pelo empreendimento.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A reflexão sobre as construções hidrelétricas e seus impactos sobre as famílias atingidas nos leva a considerar os efeitos da modernidade sobre o mundo, e especificamente sobre aquele espaço/lugar disputado pelos atores envolvidos no processo.

A ideia de modernidade está diretamente relacionada ao progresso, aqui entendido como sinônimo de modernização ou, segundo Berman (1986), um processo socioeconômico que vai construindo a modernidade. Modernidade é uma característica associada aos países ricos, que disseminam suas ideias, fazendo com que o resto do mundo trave uma verdadeira "busca" pelo *status*, alcançado por poucos, de ser considerado um país desenvolvido.

Segundo Martins (2000), na América Latina o termo modernidade é inteiramente confundido como oposição ao tradicional, ao que supostamente não faria parte do moderno, dos novos tempos. A modernidade é retratada pelas possíveis transformações que o capitalismo é capaz de criar e pelas possibilidades oferecidas. Ao mesmo tempo, esse autor faz críticas ao residual desse processo, de como ele se apresenta, pois "mais se fala de modernidade do que efetivamente ela o é". Assim, a modernidade só é quando pode ser ao mesmo tempo, o moderno e a consciência crítica do moderno. Em países subdesenvolvidos, ela instaura-se pela busca do novo, do moderno, pelo encontro dos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizante, parte integrante da modernidade (MARTINS, 2000), anunciando o possível, as possibilidades que apresentam para todos, mas que se realizam apenas para alguns.

A modernidade não pode ser entendida como uma simples mudança ou sucessão de acontecimentos; ela nada mais é do que a produção de atividades racionais, científicas, tecnológicas e administrativas (TOURAINÉ, 1994). O mundo hoje, conforme Giddens (1995) é muito mais complexo e sofisticado se comparado ao passado. As mudanças dizem respeito à interseção entre a globalização e a transformação da vida cotidiana, de modo que o que nela se faz tem consequências globais, e o que acontece globalmente tem consequências pessoais.

Neste momento em que vivemos, assistimos ao triunfo de uma sociedade industrial e capitalista, em que as preferências individuais e escolhas sociais

reproduzem em maior ou menor grau, uma ordem instrumentalmente racional, que tem como referência o mercado. Hoje, somos forçados a reconhecer a imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial e a procurar modos diferentes de relação com as incertezas (GIDDENS, 2000). Essas ameaças são movidas pelo desejo de mudança, de autotransformação e de transformação do mundo em redor.

É pautado nesses conceitos de modernidade que os grandes projetos de infra-estrutura são chamados projetos de desenvolvimento, pois caracterizam o progresso almejado pela modernidade, associado ao desenvolvimento e à busca do *status* na sociedade global. As construções de usinas hidrelétricas representam empreendimentos que podem ser explicados pelo contexto da modernização capitalista. A busca pela maximização do lucro e por melhorias tecnológicas acarreta investimentos cada vez maiores nesse tipo de empreendimento. Apesar da argumentação em favor da produção de energia elétrica a partir da sua construção, são inquestionáveis os efeitos ambientais e sociais.

Projetos inovadores, que subsidiavam a modernidade do país, como as construções hidrelétricas, tornaram-se o meio de expansão de novas técnicas e tecnologias de apoio ao crescimento da produção nacional. Embalados pelo discurso ideológico do “desenvolvimento e progresso” (SIGAUD, 1994; VAINER, 2000; ROTHMAN, 2002), esses projetos se apresentam como essenciais à nação, à região de instalação e às populações ribeirinhas, pois os “redimiriam do atraso”. Essa “ideologia de redenção” faz parte do processo de legitimação do projeto e manifesta-se por meio dos constantes discursos dos organismos governamentais e das empresas envolvidas (LINS RIBEIRO, 1985).

Esse discurso ideológico em prol do desenvolvimento da nação e da região de instalação e seus benefícios para as populações são questionados por Martins (1993, p. 61-62):

Aqui não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (MARTINS, 1993, p. 61-62).

É em função dessa visão hegemônica de desenvolvimento - que tem orientado o processo de modernização do país e a sua inserção no mundo contemporâneo de globalização econômica - que tais empreendimentos “simbolizam o progresso da humanidade” (MCCULLY, 2001, p. 284), tornando-se a alternativa mais utilizada, apesar da existência de outras formas de prover energia. Entretanto, como a hegemonia permanece sempre nas mãos de quem detém o poder, Estado e grupos de interesses, os projetos hidrelétricos são impostos às populações locais sem que se pense o que isso pode significar, positiva ou negativamente, para elas. As construções de projetos hidrelétricos beneficiam poderosos interesses políticos e econômicos, sendo muitas vezes realizadas de forma secreta e obscura, sem

um consentimento democrático. Essas obras brindam a capacidade humana de controlar o poder dos rios em seu próprio benefício, privando os anteriores usuários, mesmo que parcialmente, dos recursos por eles oferecido.

A confrontação de interesses entre os atores envolvidos nesse processo é evidente. Para os empreendedores, o projeto representa lucro e investimento; para o governo, representa incentivos e insumos às atividades produtivas e assim ao desenvolvimento; enquanto para as comunidades atingidas os interesses são outros. É fato que o meio ambiente não é apenas um objeto ameaçado pelo seu esgotamento. Acselrad (2005) afirma que ele é atravessado por diversos sentidos socioculturais e interesses diversificados que compõem o antagonismo anteriormente mencionado. As águas dos rios muitas vezes têm se apresentado como objeto de uso e apropriação pelas empresas, que veem nesse recurso hídrico fonte geradora de energia, ao mesmo tempo em que essas águas representam meio de subsistência para diversas famílias que vivem às suas margens<sup>9</sup>.

Estudos etnográficos (SCHERER-WARREN; REIS; BLOEMER, 1988) destacam as consequências negativas desses empreendimentos sobre os atingidos. Eles perdem o investimento feito por uma ou várias gerações na propriedade, a segurança representada pelo espaço construído ou vivido, o sentido de lugar, ou seja, além das perdas materiais, são inquestionáveis as perdas sociais e simbólicas. Ruptura das relações de vizinhança, de parentesco, de comunidade e perdas de bens culturais constituem exemplos do processo de desenraizamento das populações que são obrigadas a sair de seus territórios.

A migração forçada aparece como uma saída para viabilizar a reprodução da força do capital. A palavra “migrar” vem constituir-se como “fuga”, não apenas no sentido de mudança de um espaço físico para outro, mas com sentidos múltiplos, baseados em ruptura de representações simbólicas e do espaço como apropriado e construído socialmente (SCHERER-WARREN; REIS; BLOEMER, 1990).

A questão da migração remete à desterritorialização que, conforme Souza (1995) supõe a exclusão do grupo que anteriormente se apropriava daquele espaço. Já como assinala Haesbaert (2004), seria fruto do enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, resultando na mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais ou informações. Este enfraquecimento aqui se deve à retirada de pessoas pela força do capital, as quais acreditando nas propostas de melhoria de condições de vida veem no empreendimento oportunidades mascaradas sob o real significado de implantação de usinas.

À desterritorialização segue-se o processo de reterritorialização, que sugere a incorporação de novos territórios, ou seja, a construção de nova territorialidade por parte do grupo desterritorializado. No caso das construções hidrelétricas, como a da UHE Candonga, a desterritorialização dos moradores

---

9 Vale destacar que, com a privatização do setor elétrico, o Governo estabelece concessões de uso às empresas que “compram” os projetos em leilões.

locais de São Sebastião do Soberbo deu lugar ao empreendimento em questão. Dessa forma, territorializam-se UHEs e ao mesmo tempo, desterritorializam-se populações. As famílias desterritorializadas necessitam construir novos territórios, reconstruindo-se a si mesmas no espaço, seja sob sua vontade ou não. Este processo de desterritorialização/reterritorialização das famílias faz parte da racionalidade econômica do modelo capitalista, que faz do solo mercadoria (LUDWIG, 2008).

Nesse processo, o espaço ganha importância na luta pelo seu uso e apropriação. Anteriormente à chegada do empreendimento, aquele espaço era habitado e tinha sentido de lugar, ou seja, um espaço construído e vivido, local de moradia e fundamentado na sociabilidade, que garantia a construção de uma rede de relações humanas com significados e sentidos: um espaço/lugar (LUDWIG, 2008).

Nos casos onde o espaço/lugar se torna alvo de projetos hidrelétricos, também vira palco de luta pelo seu uso. A implantação do empreendimento leva à desterritorialização/reterritorialização das famílias, que transferidas de território são, muitas vezes, submetidas a um novo estilo de vida. O espaço ora ocupado por essas famílias vira palco da dominação capitalista, do uso e poder dessa, ao passo que os desterritorializados são levados a se apropriar de novos espaços e de dotá-los de sentido. Assim, ao discutir e analisar essas mudanças, não se tem a pretensão de anular a importância, já consolidada, dessas obras contextualizadas no modelo de desenvolvimento adotado pelo país. Procura-se sim, mostrar como a modernidade espelha contradições, apresentando um caso concreto de empreendimento, símbolo de modernidade. Por meio desse exemplo, busca-se entender criticamente os efeitos dessas obras e discutir sua implantação a partir das percepções dos sujeitos diretamente atingidos, escolhidos como amostra para esta pesquisa.

### **3 METODOLOGIA**

Tendo em vista responder às perguntas colocadas pelo problema de pesquisa, este estudo foi direcionado por meio de um delineamento descritivo, no qual optou-se por uma abordagem qualitativa, mediante utilização de entrevistas semi estruturadas, observação direta e documentação fotográfica aliada aos dados provenientes de fontes já publicadas, bem como oriundos dos órgãos ambientais e do próprio processo de licenciamento. No conjunto desses documentos, chamaram-nos a atenção cartas escritas pelos atingidos e arquivadas na FEAM. A partir dessas cartas, foi possível uma aproximação com a população atingida antes mesmo do trabalho de campo. As cartas se apresentaram como fonte original e de grande valia para a construção da pesquisa, diferenciando-a

das demais já publicadas, por apresentar dados até então não utilizados sobre a população de São Sebastião do Soberbo<sup>10</sup>.

No total foram entrevistadas 23 pessoas entre homens, mulheres, adultos, idosos e jovens de 17 casas diferentes, escolhidas aleatoriamente conforme disponibilidade de horário e interesse pela pesquisa. A diferença de idade dos entrevistados foi um fator interessante, por permitir a visualização das diferentes visões sobre as questões levantadas. É importante registrar que o número de entrevistados não foi delimitado *a priori*, mas a partir do processo de saturação. Esse critério consiste em realizar as entrevistas até o ponto em que se perceba a repetição das informações, ou seja, que não estão sendo obtidos dados novos. Segundo Bertaux (1980 apud COSTA, 2002) o fenômeno da saturação aparece quando os elementos de conhecimento das relações socioestruturais trazidas por cada 'história de vida' permitem uma totalização da proposta inicial da pesquisa.

Vale destacar que as entrevistas foram norteadas por questões abertas, a partir das quais os entrevistados ficavam livres para falar sobre o reassentamento, sobre seus sentimentos e para relembrar o antigo lugar. Para melhor compreensão e fidedignidade dos dados, as entrevistas foram gravadas, com exceção de seis, cujos entrevistados alegaram não se sentirem à vontade diante do gravador. A construção do texto, a partir das informações obtidas e citadas, foi realizada de modo a resguardar a identidade dos entrevistados, utilizando para tal, apenas as iniciais dos nomes, seguidas por idade e estado civil.

No final, os dados oriundos das gravações foram transcritos e, posteriormente, cruzados com os demais, a partir dos quais foram feitas as análises, segundo os objetivos da pesquisa.

#### **4 É HORA DE PARTIR: O CONTEXTO EM QUE SE DEU O DESLOCAMENTO**

O processo de construção da Hidrelétrica Candonga teve início ainda na década de 1960, quando houve a demarcação da área pela Eletrobrás e comprovação da viabilidade do rio Doce para tais empreendimentos. Todavia, a vida das comunidades ribeirinhas começou verdadeiramente a mudar entre os anos de 1996 e 1999, quando os estudos ambientais e socioeconômicos confirmaram a viabilidade do projeto. Esses estudos foram realizados pela Companhia Energia Elétrica Promoção e Participação (EPP), até então sócia do consórcio juntamente com a Companhia Vale do Rio Doce. Esta, que acompanhou todas as fases desse processo junto ao Ministério de Minas e Energia, no ano de 2001, vendeu sua cota à multinacional Alcan Alumínios Canadenses, com sede no Brasil, ficando o Consórcio formado por esta empresa e pela Companhia Vale do Rio Doce.

---

10 Ver: Barros e Silvestre (2004), DRPE (2004), Rothman (2005), Pinto (2005) e Penido (2007).



Como em todos os estudos de viabilidade de projetos dessa natureza, foram feitos primeiramente os estudos de impactos. No caso deste projeto, a empresa de Engenharia Themag foi contratada para produzir os estudos necessários à aprovação do projeto no ao Ministério de Minas e Energia e na Feam. Como em todo o projeto hidrelétrico, os estudos são sempre realizados por empresas contratadas pelos interessados no empreendimento; dessa forma, os procedimentos adotados acabam por refletir mais os interesses dos empreendedores, o que de antemão já torna o estudo viável e passível de ações mitigadoras. Segundo Zhouri et al. (2005), os consultores, financeiramente dependentes dos empreendedores, tendem a elaborar estudos que concluam pela viabilidade ambiental dos projetos.

Após todos os requisitos terem sido preenchidos, foi pedida a Licença Prévia para a construção da UHE Candonga, que inicialmente tinha como potencial energético 95 MW<sup>11</sup>. A Licença Prévia foi concedida no ano de 1999, mediante algumas condicionantes que deveriam ser cumpridas antes do pedido da Licença Instalação<sup>12</sup>. Entre as condicionantes, destacavam-se os efeitos negativos do deslocamento compulsório do povoado de São Sebastião do Soberbo:

O deslocamento da população urbana e a inundação da sede distrital de São Sebast o do Soberbo podem significar de modo geral a perda das rela es existentes na comunidade, a deteriora o do nível de qualidade de vida das famílias locais e a modifica o do quadro político-administrativo do município de Santa Cruz do Escalvado (RELATÓRIO TÉCNICO DA FEAM, 1999, p. 12).

Segundo informa es do Rima (1997), o não deslocamento desta comunidade, poderia ser evitado utilizando uma outra alternativa já prevista para o barramento, porém o que se percebe   que esta alternativa iria exigir dos empreendedores maiores investimentos e a diminui o do potencial energético, o que tornava a proposta pouco interessante e inviável para os empresários.

No ano seguinte, 2000, uma audiência pública foi realizada na Igreja Católica de São Sebast o do Soberbo. O objetivo era apresentar o projeto às famílias atingidas pelo empreendimento. Segundo relato dos moradores   Justiça Global, nesse dia, a igreja ficou lotada de representantes do consórcio, do estado, das prefeituras e dos membros da comunidade. Segundo Barros e Sylvestre (2004), o discurso tecnicista utilizado e a presença de vários representantes serviram para intimidar a comunidade, fazendo com que o silêncio, que deveria representar d vidas e incertezas, tivesse sentido de aceita o e conhecimento dos acontecimentos.

---

11 Entre a emissão da Licença Prévia e a da Licença Instala o os empreendedores da UHE Candonga entraram com um pedido ao Copam e   Aneel, para aumentar o potencial de explora o para 145 MW. Tal solicita o foi concedida em março de 2001.

12 Verifica-se que: "o órgão de decisão política, o Copam, não considera plenamente as recomenda es dos pareceres técnicos da Feam, quando estes apontam falhas técnicas" (ZHOURI; ROTHMAN, 2008).

A audiência pública da UHE Candonga teve mais o propósito de selar um acordo entre as autoridades envolvidas do que responder aos anseios e dúvidas da população atingida. É importante destacar que a sua realização se fez mediante a liberação da Licença Prévia aos empreendedores, o que de antemão já legitimava a construção do empreendimento e invalidava qualquer outro parecer realizado por órgão não-governamental ou entidade civil, que tivesse o propósito de discutir os estudos realizados e as ações dos empreendedores. Diante desse fato, Zhouri et al. (2005) afirmam que,

A função precípua de uma Audiência Pública é esclarecer a comunidade sobre o projeto, bem como possibilitar que o órgão técnico incorpore em seu parecer informações e demandas da população local (...) apesar de constituir um instrumento legal e institucional, a realização de uma Audiência Pública (...) significa apenas a condição para formalização regular do processo (...)<sup>13</sup> (ZHOURI, et al., 2005, p. 28).

Desse modo, verifica-se uma disputa desigual de poder entre os atores envolvidos no processo. De um lado, os empreendedores, que, amparados pelas decisões de órgãos ambientais, legitimam uma "visão economicista de uso e apropriação do meio ambiente" (ZHOURI; ROTHMAN, 2008: 124), ao passo que, de outro, estão os atingidos, que desprovidos de força política e informação, veem na barragem uma oportunidade de melhoria nas condições de vida, como o ocorrido no caso Candonga.

No decorrer das etapas de Licenciamentos<sup>14</sup>, já em processo avançado de discussão, as famílias foram abordadas com a notícia de que teriam de sair de suas casas para dar lugar a uma usina hidrelétrica. Segundo relatos, foi a partir desse momento que as famílias perceberam o que realmente iria acontecer. Analisando esses relatos, é possível perceber que o desconhecimento sobre o projeto e a desinformação foram marcantes nesse processo. Diante disso, as decisões que o legitimavam ocorreram sempre sem a participação da comunidade atingida, como pode ser verificado nos depoimentos a seguir:

Todo mundo ficava desconfiado, porque, tipo assim, da onde que esse povo vai *tirá* de fazer barragem aqui, naquele fim de mundo. Mais é isso que eles *ia querê* mesmo né. *Tirá* as *pessoa* do fim do mundo e *colocá* num lugar melhor. Tinha gente que acreditava e tinha gente que não acreditava. E aí as coisa *começô* a fica mais feia. Aí eles começaram a construí essas casa e aí o pessoal *pensô* que ia saí mesmo (...) aí todo mundo viu que ia ter barragem mesmo (D. E. F., 20 anos, solteira).

---

13 Neste artigo a autora retrata o caso do processo de construção da PCH Aiuruoca, em que fatos do processo de licenciamento não diferem muito do que aconteceu com a UHE em questão;

14 A empresa se preparava para cumprir as exigências legais estabelecidas para entrar com o pedido de Licença Instalação, na qual a empresa é autorizada a iniciar a construção do empreendimento.

Todo mundo *ficó* sem acreditar porque há muitos anos já se falava nisso, então ninguém acreditava. Depois que viu que ia saí mesmo (R. G., 45 anos, solteira).

Ninguém *acreditó* que ia *tê* barragem. Sabe por quê? As *coisa* ninguém ficava sabendo, teve audiência pública lá, ninguém *participô*. Olha, quem *participô* foi o prefeito de Santa Cruz e Neide que era o escrivão. Teve audiência pública e eles num *falar* nada, ninguém *participô*, ninguém sabia, o povo de Soberbo foi muito enganado (D. G., 65 anos, casada).

Confirma-se a desinformação da comunidade nos relatos apresentados como uma característica do processo, pois “ninguém sabia o que era uma barragem naquele tempo, ninguém nunca tinha ouvido falar sobre isso e não queria parecer contrário ao progresso” (BARROS e SYLVESTRE, 2004). Nesse contexto, a construção da barragem de Candonga se deu sem a participação da população, que, apesar de desconfiada e receosa sentia-se instigada pelo projeto e, principalmente, pelas possibilidades que este sinalizava. Como se nota no primeiro depoimento apresentado anteriormente, ao se referir a São Sebastião do Soberbo, a jovem entrevistada o faz com um distanciamento característico de rejeição, visto que para ela o lugar representava “o fim do mundo”, e a barragem, a “promessa” de novos tempos.

Segundo Lemos (1999 apud ZHOURI et al., 2005), o conhecimento prévio e aprofundado, por meio do pleno acesso às informações e aos documentos relativos ao empreendimento, seria um dos pressupostos de transparência e de participação das comunidades atingidas nas tomadas de decisões. Contudo, o que se percebe é que, sem o conhecimento do projeto e, portanto, das reais dimensões de seus impactos socioambientais, as comunidades não têm informações suficientes para um posicionamento acerca das propostas apresentadas (ZHOURI et al., 2005), ficando propícias às ações mitigadoras propostas e nem sempre cumpridas.

Em 2001, com a apresentação de um Plano de Assistência Social e Plano de Controle Ambiental, foi concedida pelo Copam a Licença Instalação. Iniciava-se o processo de negociação entre o Consórcio Candonga e os moradores da Antiga Soberbo - um processo que foi bastante conturbado e marcado por truculências e injustiças, que repercutem até o momento<sup>15</sup>.

Uma das práticas utilizadas no processo de negociação, adotado pelo consórcio, foi a da cooptação. Nesse sentido, Rothman (2005) esclarece algumas das estratégias utilizadas pelas empresas no seu artigo “A construção de rede transnacional de advocacia e defesa de direitos humanos: o caso da hidrelétrica Candonga em Minas Gerais”, ao entrevistar uma agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que participou de trabalhos com a comunidade de Soberbo. A entrevistada afirma que primeiramente a estratégia da empresa foi a de

---

15 De acordo com a pesquisa, muitas famílias até os dias de hoje possuem pendências com o consórcio, algumas na justiça.

estabelecer relações de amizade com as famílias e, posteriormente, ao iniciar o trabalho de negociação, fazê-la de forma individual e não coletivamente.

Eles estabeleceram com aquele povo uma relação forte de amizade, uma relação íntima (...) de batizar filho, de ser madrinha de casamento (...) de tomar café, de dormir (...). Por exemplo, o representante da empresa dizia: "olha eu estou te pagando tanto, mas você não conta pro vizinho porque senão você vai receber menos". Essa característica foi a que individualizou a comunidade ali <sup>16</sup> (ROTHMAN, 2005, p. 14)

Como estratégia de convencimento, o consórcio também organizou uma excursão para levar a população atingida a conhecer duas outras comunidades, que tinham sido realocadas para a construção de barragens: UHE Fumaça e UHE Nova Ponte<sup>17</sup>. Durante a visita, algumas pessoas tiveram informações que mostravam que nem tudo seria como o consórcio apresentava. A partir de então, a população começou a desconfiar do discurso apresentado pelos representantes do consórcio.

Depois da viagem, o processo de negociação e indenização caminhou lentamente. Enquanto isso, a construção da barragem seguia tranquilamente, porém as negociações se colocavam cada vez mais tensas e conflituosas. Nas cartas encontradas na Feam foi possível identificar os fatos segundo os apelos dos atingidos

Querida amiga Maria Tereza (funcionária da Feam), é a primeira vez que *tí*mando esta carta porque eu já cansei de tanta falta de honestidade dos *negossiad*ores do consórcio Candonga (...) quero que os *negossiad*ores sejam honestos comigo como eles foram com os outros (...) tenho informação que eles passam pra FEAM que *tá* tudo certo com a comunidade mas é tudo mentira (Informação verbal)<sup>18</sup>.

Ficamos muito gratos a vocês (Feam) por nos ter dado essa atenção. Há muito tempo estamos tentando falar com alguém do consórcio, mas a cada dia que passa fica mais difícil. O escritório do Soberbo encontra-se praticamente fechado e a funcionária diz não ter autoridade para receber nenhum documento, ou seja, não tem como adiantar nada ... (Informação verbal)<sup>19</sup>.

Ao perceberem que o processo estava permeado de incertezas e que muitas promessas da empresa e do poder público não estavam sendo cumpridas, os

---

16 Entrevista com Sônia Loschi, Comissão Pastoral da Terra/ Zona da Mata.

17 A PCH Fumaça é considerada uma pequena central hidrelétrica. Está localizada no município de Mariana, no rio Gualaxo do Sul, empreendimento da Alcan. A UHE Nova Ponte, está localizada no município de Nova Ponte, no rio Araguari, construída pela Cemig. Ambas estão localizadas na região do Triângulo Mineiro de Minas Gerais.

18 F. C. L., 40 anos, divorciada, 04/12/2003

19 E. C. S., 42 anos, casada, 15/02/2004

atingidos resolveram formar uma associação. Barros e Sylvestre (2004) relatam que, ao formar a associação, os representantes do consórcio se responsabilizaram por identificar as lideranças. Assim, a instituição, que deveria ter como princípio os atingidos, se tornaria interlocutora entre aqueles e a empresa. De acordo com as autoras acima citadas, o consórcio oferecia vantagens aos líderes da associação, no sentido de contar com a colaboração deles no processo de negociação. Segundo Pinto (2005), pelo menos dois dos dirigentes da associação se tornaram fornecedores do empreendimento, com a concessão dos serviços de lanchonete no canteiro de obras. Oliver-Smith (1994 apud ROTHMAN, 2005) enfatiza que essa estratégia de cooptar lideranças comunitárias é comum e tem a intenção de privilegiá-las em troca de apoio ao projeto<sup>20</sup>.

À medida que a associação não trazia resultados satisfatórios e que a cooptação dos líderes ficava evidente, outros atingidos pediram ajuda ao MAB e começaram a se mobilizar em uma luta de resistências aos interesses do consórcio<sup>21</sup>. É importante destacar que, quando o processo de construção da UHE Candonga teve início, o MAB tentou uma inserção para mobilização da comunidade de São Sebastião do Soberbo. Todavia, ansiosos com as novas possibilidades prometidas pelos representantes do consórcio, o movimento não prosperou, como se observa no depoimento de Padre Claret, representante do MAB/ Alto do Rio Doce,

Às vezes a pessoa que quer a barragem, ou que tem interesses (no local), aí as pessoas se aproveitam disso ... Na visão desse pessoal, a barragem é uma coisa, assim, muito boa, o pessoal de, de Soberbo. E a gente tava indo ali pra atrapalhar. Era como se alguém quisesse oferecer alguma coisa pra eles e a gente num deixava (ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p. 148).

Como atesta o depoimento, os atingidos pela UHE Candonga davam a ideia de aceitação da barragem ao refutarem apoio de entidades que trabalham em assessoria àqueles que passam por tais processos. Entretanto, posteriormente, diante da insatisfação com o não reconhecimento de seus direitos, houve o

---

20 Essa prática de cooptação de líderes das comissões ou associações locais de atingidos é comum em projetos de construções de barragens na região (ver Rothman, 2001 e 2002).

21 O MAB/Alto do Rio Doce surgiu a partir de projetos de assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens, entre professores e pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa, em parceria com o Comissão Pastoral da Terra (CPT) e um diácono da igreja católica. As atividades realizadas compreendiam, inicialmente, reuniões com o objetivo de "informar a comunidade sobre os prováveis impactos socioeconômicos, culturais e ambientais dos projetos de barragem e sobre o Licenciamento Ambiental" (ROTHMAN, s.d.). A preocupação inicial e principal do movimento era de organizar, mobilizar e potencializar os atingidos para que pudessem participar efetivamente das audiências públicas. Do processo de mobilização, as lutas em defesa dos atingidos por barragem, o MAB – Alto Rio Doce tem, em seu histórico de 10 anos de luta, muitas vitórias. Pode-se destacar aqui o Projeto Emboque, que, com lideranças locais, conseguiu mobilizar a comunidade, obtendo vitórias parciais diante do processo de licenciamento da barragem. Entre outros projetos, tem-se: UHE Pilar, PCH Fumaça, UHE Candonga. O MAB – ARD é ligado ao MAB Nacional, sendo caracterizado como movimento local e regional.

interesse pelo movimento de resistência, iniciado em maio de 2003. Segundo entrevista de uma agente do CPT, "o único erro que o pessoal do Consórcio teve (...) foi não fazer as casas como o povo queria (...) A ferida doída em Soberbo é a questão das casas (...)". Segundo assessor do MAB/Alto do Rio Doce, Padre Claret,

Eles foram ver aonde iriam colocar a nova vida, aí tem de ter espaço, tem de ter terra e a coisa começou a ficar diferente. O pessoal nem podia entrar para ver como seria a sua casa na Nova Soberbo, a portaria era fechada e o dono da casa não podia entrar<sup>22</sup> (ROTHMAN, 2005, p. 16).

Apesar da entrada de novos atores no processo, ligados à assessoria aos atingidos, estes acabaram sendo desqualificados pelos representantes do consórcio. Para fortalecer a adesão dos atingidos, foram feitas novas contratações internas do consórcio e saldadas dívidas e algumas promessas pendentes "(...) a tática era neutralizar o descontentamento geral por meio do chamado efeito multiplicador, utilizando aquelas pessoas que tinham maior capacidade de influir sobre um determinado grupo de pessoas atingidas" (PINTO, 2005, p. 16).

Em meio à desinformação e contradições, as famílias iam fazendo acordos, embora sejam relatadas situações em que o atingido demorasse a negociar, com a esperança de propostas de reassentamento e melhores indenizações. O depoimento a seguir ilustra essa questão,

Eles dizem que fiquei para o final das negociações, mas a culpa não é minha, procurei o escritório de negociação várias vezes, e eles me diziam que iria deixar a minha negociação por última, porque era a mais complicada. Agora me acusam de ficar por último. Acho que era apenas um jogo deles me deixar para o final das negociações (Informação verbal)<sup>23</sup>.

Como mostra o depoimento, os conflitos logo viriam a se manifestar, muito em função do pouco envolvimento e participação dos atingidos nesse processo. Isso fica claro no Relatório técnico da Feam, (2003, p. 79):

É entendimento claro da FEAM que o projeto de construção do Novo Soberbo iniciou-se e perdurou alijado do acompanhamento da comunidade beneficiária durante boa parte do período das obras (cerca de sete meses) e, bem assim, sob um clima de absoluta desinformação em função de três condicionantes básicas: (i) execução das obras em regime fechado, impossibilitando o acesso dos moradores ao canteiro; (ii) solução de continuidade das ações de comunicação afetou o projeto justamente em momentos coincidentes com a maior demanda por informação (antes das obras e início das obras); e (iii) falta de controle e fiscalização da execução do projeto pelo próprio Consórcio Candonga, em

---

22 Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2005.

23 M. J. M., 64 anos, casada, 30/04/2003

consequência de sua desatenção e afastamento temporário da implantação do PCA como um todo.

### Os autos do Copam também foram reveladores:

A construção do Novo Soberbo foi iniciada de forma fechada, sem qualquer acesso da comunidade para verificação. Quando esse acesso foi permitido, por pressão da comunidade, verificou-se:(...) são casas que não possuem colunas, e que a rua está no nível do telhado. Você sai na porta da cozinha e, daí a meio metro, você tem um paredão de barro, que é o seu terreno que acaba ali. O consórcio disse que aquilo ali estava bom, que a comunidade tinha aprovado aquilo (Informação verbal)<sup>24 25</sup>.

Foi em decorrência de descontentamentos surgidos durante o processo de construção da Nova Soberbo que, por meio de reuniões e assembleias, o movimento dos atingidos foi ganhando força. De fato, muito do que havia sido prometido aos moradores não estava sendo encontrado no novo local em construção. As famílias, apesar de terem participado de algumas escolhas de materiais que seriam utilizados nas casas, não podiam acompanhar de perto a obra. Nesse sentido, a construção da Nova Soberbo seguia sem o acompanhamento daqueles que seriam seus futuros moradores, os quais manifestariam, posteriormente, suas insatisfações.

A união de parte das famílias reivindicando melhores condições de moradia foram atendidas, como: pilares de sustentação das casas, ausentes no início da obra, lotes padronizados e construção de fogão a lenha com serpentina. Após a mudança para Nova Soberbo, as famílias também receberam uma cesta básica e um salário mínimo, além de mudas de árvores frutíferas e uma área para plantio comunitário – “quintal comunitário”. Rothman (2005) enfatiza que das solicitações às conquistas alcançadas pelas famílias houve um descompasso, aumentando ainda mais as divergências entre o consórcio e os atingidos. Segundo esse autor, haviam sido reivindicados ao consórcio 1.000 metros quadrados para cada morador, como reposição dos quintais perdidos. Com a construção da barragem, foram destinados apenas 360 metros quadrados para cultivo coletivo na área urbana do novo distrito.

O processo conturbado de negociações se faz presente nas falas dos entrevistados. Quando convidados a falar sobre o processo, expressam insatisfações principalmente em relação às diferenças entre as indenizações, o que parece causar certo desconforto ao falarem sobre o assunto. Percebe-se com relação sta questão que as diferenças nas negociações e indenizações talvez

---

24 Representante dos atingidos, CIF/COPAM 2002, ata da reunião do dia 14/03/03

25 Ata da reunião do Copam/ CIF, 2002. Trecho de transcrição da reunião que ocorreu no dia 14/03/03, na sede da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte, entre os atingidos, o MAB e os membros da Feam.

sejam ainda um dos motivos de conflitos entre moradores da Nova Soberbo. A esse respeito, os depoimentos a seguir são reveladores.

Tem gente que não tinha nada, às vezes num tinha condição de *construí* uma casa dessa ai, *oiá!* Aí num reconhece, *reclama*. Mas, pra quem já tinha, *tomô* prejuízo. Não foi prejuízo assim não *né*, mas num *ficô* satisfeito, porque tem gente que fico *mió*, eu fui um que fiquei com isso aí, *oh!* (mostrou a casa que recebeu de indenização) (Informação verbal)<sup>26</sup>.

Tem gente que ganhou mais casa, muito mais. Finalmente a barragem foi boa *prá* essa gente que não tinha nada *mermo*, que nunca ia consegui ter nada, *as veiz* não tinha condição nem de *construí* uma casa, mãe solteira (por exemplo), pra esse foi bom, agora eu já tinha casa, a minha casa que ganhei foi a mais pequena porque na época a gente não sabia *conversá*, só pra você ter ideia. Pra pobre saiu melhor, pra rico saiu pior (Informação verbal)<sup>27</sup>.

Eu com a indenização *ganhei* só essa casa aqui. Mais tem pessoas *né* (...) na verdade eu acho que a negociação deveria ser igual pra todas as pessoas. Igual tem duas *pessoa* aqui que viveu *poco* tempo no Soberbo e ganhou casa aqui (Informação verbal)<sup>28</sup>.

Nem todo mundo foi acertado como tem direito. Muita gente tirava ouro, muita gente mexia com plantação e hoje ta ai. Num tiveram como se garanti como foi tratado (Informação verbal)<sup>29</sup>.

Conforme se verifica nos depoimentos, um morador se sente no direito de questionar a indenização recebida pelo outro e, nesse contexto, sempre se coloca na posição da vítima. Contudo, o que de fato se percebe é que cada morador negociou buscando a sua própria satisfação e de sua família, situação perfeitamente compreensível em um processo, em que imperou o individualismo e se desvalorizou o coletivo. Isso faz com que uns se coloquem contra os outros, e neste caso, o "outro" parece ser sempre aquele que levou a vantagem.

Ainda que, para uns, só exista motivo para falar sobre a insatisfação com as indenizações, para outros a satisfação se faz evidente. Diante da realidade vivenciada no antigo distrito, a barragem se apresentou como uma saída para melhores condições de vida, tal como atestam os depoimentos a seguir:

Olha, eu ganhei uma casa e o dinheiro referente ao meu sítio, eu fiquei satisfeita. Mais tem gente que reclama demais. Tem muita gente aqui que não tinha nem banheiro dentro de casa. Muita gente reclama demais (Informação verbal)<sup>30</sup>.

---

26 Sr. G. S., 60 anos, casado

27 Sr. P. A. F., 53 anos, casado

28 R. G., 45 anos, solteira

29 J. B., 55 anos, divorciado

30 M. N. S., 49 anos, viúva



Pra pai e mãe a barragem foi boa. Porque lá onde a gente morava a casa não era nossa, a gente morava de favor e hoje tem uma casa maior e melhor que a que a Dona da Casa de Soberbo Velho ganhou. Então pra eles foi muito bom (Informação verbal)<sup>31</sup>.

Aqui tá assim hoje só porque teve a *barrage* porque se não fosse a *barrage* isso nunca seria assim, o povo nunca ia te uma casa dessa (Informação verbal)<sup>32</sup>.

Pode-se perceber que a satisfação evidenciada nos depoimentos é sempre em relação ao que não se tinha no passado recente. Mesmo assim, as comparações entre os ganhos dos “outros” moradores foram sempre enfatizadas.

A Licença Operação foi concedida em março de 2004, com condicionantes. O relatório da Feam aponta diversas irregularidades no processo de construção do empreendimento e destaca a falta de respeito do Consórcio com a população atingida. Da série de condicionantes, incluem-se adaptações de infraestrutura em Nova Soberbo e resoluções dos problemas sociais e econômicos da população local.

Nesse mesmo ano de 2004, o distrito de São Sebastião do Soberbo foi totalmente inundado para formação do reservatório da Hidrelétrica Candonga. Todos os seus moradores tiveram que se deslocar, somando-se a esses mais “18 famílias ou 69 pessoas da área rural”, propriamente dita (Rima, 1997). Um fato marcante ocorreu no processo de deslocamento, quando 20 famílias das 68 residentes em São Sebastião do Soberbo resistiram à mudança, alegando pendências com o consórcio. Diante dessa situação, os representantes do consórcio valeram-se da presença policial para pressionarem a saída dos moradores, numa cena de violência física e psicológica. No vídeo produzido por um dos moradores, pode-se ver dois ônibus repletos de policiais armados entrando no povoado, seguidos de tratores usados para demolição das casas, além de caminhões baús para a mudança. O vídeo retrata a demolição de casas, e muitas pessoas assistindo àquela cena “sem poderem fazer nada”. Todas as casas foram destruídas, algumas antes mesmo de serem totalmente esvaziadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo desenvolvido, pode-se perceber que a implantação da Hidrelétrica Candonga evidencia a lógica da racionalidade capitalista, pautada na busca do “desenvolvimento e progresso”. No contexto da modernidade e da necessidade cada vez maior de energia para manter e acelerar o crescimento do país, esses empreendimentos são impostos às comunidades ribeirinhas, que compulsoriamente são retiradas de suas terras e realocadas em outro espaço. O

---

31 D. C. A., 23 anos, noiva

32 C. C. S., 30 anos, casada

deslocamento, desejado ou não, rompe costumes, práticas sociais e identidades, além de desestruturar modos de vida.

Como o ocorrido com os atingidos pela UHE Candonga, o deslocamento, embora mascarado pelo desejo de uma vida melhor, não foi capaz de reproduzir os modos e condições de vida das famílias, como na Antiga Soberbo. A migração, que em algum momento pode ter representado possibilidades de novas oportunidades para aqueles que se deslocaram para fora do distrito, posteriormente passou a se apresentar como a única alternativa para as famílias, obrigadas a sair de suas terras para dar lugar ao lago da barragem.

A desinformação da população atingida não foi apenas com relação ao futuro, mas também em relação a todo o processo de construção e operação do empreendimento. A incapacidade de perceber as ameaças deve-se à forma como os sistemas peritos<sup>33</sup> agiram. Apoiados no conhecimento e na experiência sobre o assunto, aproveitaram-se da ausência desse conhecimento por parte da população, sobrepondo momentos e conquistando as licenças necessárias para a implantação do empreendimento.

O resultado desta pesquisa torna visível que a implantação de um projeto hidrelétrico gera consequências muito maiores do que aquelas previstas nos seus estudos de impactos. Esses projetos rompem com costumes, práticas sociais e modos de vida em função do uso e da apropriação do espaço para fins particulares. Assim, acreditando na complexidade desse tema e na atual repercussão sobre os novos preceitos do governo brasileiro em acelerar o crescimento do país, fica aqui a reflexão sobre os resultados colhidos e um convite a repensar as formas como esses empreendimentos são implantados. Sem pretender anular a sua importância, percebe-se que as consequências desses processos são provenientes da busca pelo lucro, que impede maiores preocupações com o futuro daqueles que são atingidos. Repensar tais formas significa mais custos ao empreendedor, que parece ainda não ter sensibilidade para compreender a complexidade que envolve um processo deslocamento/reassentamento.

## 6 REFERÊNCIAS

BARROS, J. N.; SYLVESTRE, Marie-Eve (Orgs.). **Atingidos e barrados: as violações e direitos humanos na hidrelétrica Candonga**. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2004. 112 p.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

---

33 Aqui os sistemas peritos são descritos pelos engenheiros, doutores e estudiosos que trabalham na empresa construtora do empreendimento. Nos termos de Giddens (op. cit), estes sistemas peritos representam aquelas pessoas dotadas de competência profissional que, por meio da informação técnica, ganham a confiança dos envolvidos no processo, os atingidos.

COSTA, R. G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista de Estudos Feministas**, São Paulo, v. 2, p. 339-356, 2002.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EMANCIPADOR (DRPE) DA COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO SOBERBO, MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO/ MG. Viçosa: ABCDE, 2004. 84 p. Relatório.

GIDEENS, A. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 156 p.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Anthony Giddens. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 291-305.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LINS RIBEIRO, G. S. Proyectos de gran escala: hacia un marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporária. In: BARTOLOMÉ, L. I. (Ed.). **Relocalizados: antropología social de las poblaciones desplazadas**. Buenos Aires: Ediciones DEL IDE, 1985. n. 3

LUDWIG, M. P. Para além da paisagem: a modernidade que ameaça submergir o lugar. In: ROTHMAN, F. (Ed.), **Vidas alagadas: conflitos socioambientais licenciamento e barragens**. Viçosa-MG: UFV, 2008. p. 235-253.

\_\_\_\_\_. **Descortinando a paisagem – a construção social do espaço e o sentido de lugar: uma comunidade rural da Zona da Mata de Minas Gerais nos umbrais do Século XXI**. 2003. 239 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2003.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na sociedade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hutitec, 1993.

McCULLY, P. **Rios silenciados: sociologia y politica de las grandes represas**. London: Zed books, 2001. 359p.

PENIDO, M. O. O planejado e as (im)possibilidades de realização do lugar: o caso da UHE de Candonga/MG. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., 2007. Salvador. **Anais ...** Salvador: 2007.

PINTO, V. F. S.; PEREIRA, D. B. Resistência contra a soberba: conflitos socioambientais na hidrelétrica de Candonga. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2005, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: 2005.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL/ USINA HIDRELÉTRICA CANDONGA. Dezembro 1997.

ROTHMAN, F. D. Política ambiental e lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: um estudo de caso. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 45-52, 2002.

SANTOS, M. O retorno do território. In. SANTOS, M; SOUZA, M. A; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SCHERER-WARREN, I.; REIS, M. J. BLOEMER, N. M. Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa. **Travessia Revista do Migrante**, v. 2, n. 6, jan./abr., 1990.

\_\_\_\_\_. **A implantação das barragens na bacia do Rio Uruguai e suas implicações sociais**: o movimento das barragens e os camponeses da região de Lages (SC). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 1988. Relatório final.

SIGAUD, L. M. **Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas**. Instituto de Estudos Avançados São Paulo: USP, 1994. (Col. Documentos, Série Ciências Ambientais, 16).

SOUZA, M. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VAINER, C. B. Águas para vida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 abril 2000.

ZHOURI, A. et al. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A., et al. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

ZHOURI, A.; ROTHMAN, F. Assessoria aos Atingidos por Barragens em Minas Gerais: Desafios, limites e Potenciais. In: ROTHMAN, F. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais licenciamento e barragens**. Viçosa-MG: UFV, 2008. p. 122-168.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Barragens e desenvolvimento**: um novo modelo para tomada de decisões. (Relatório da comissão mundial de barragens). London: Earthscan Publications, 2000.